

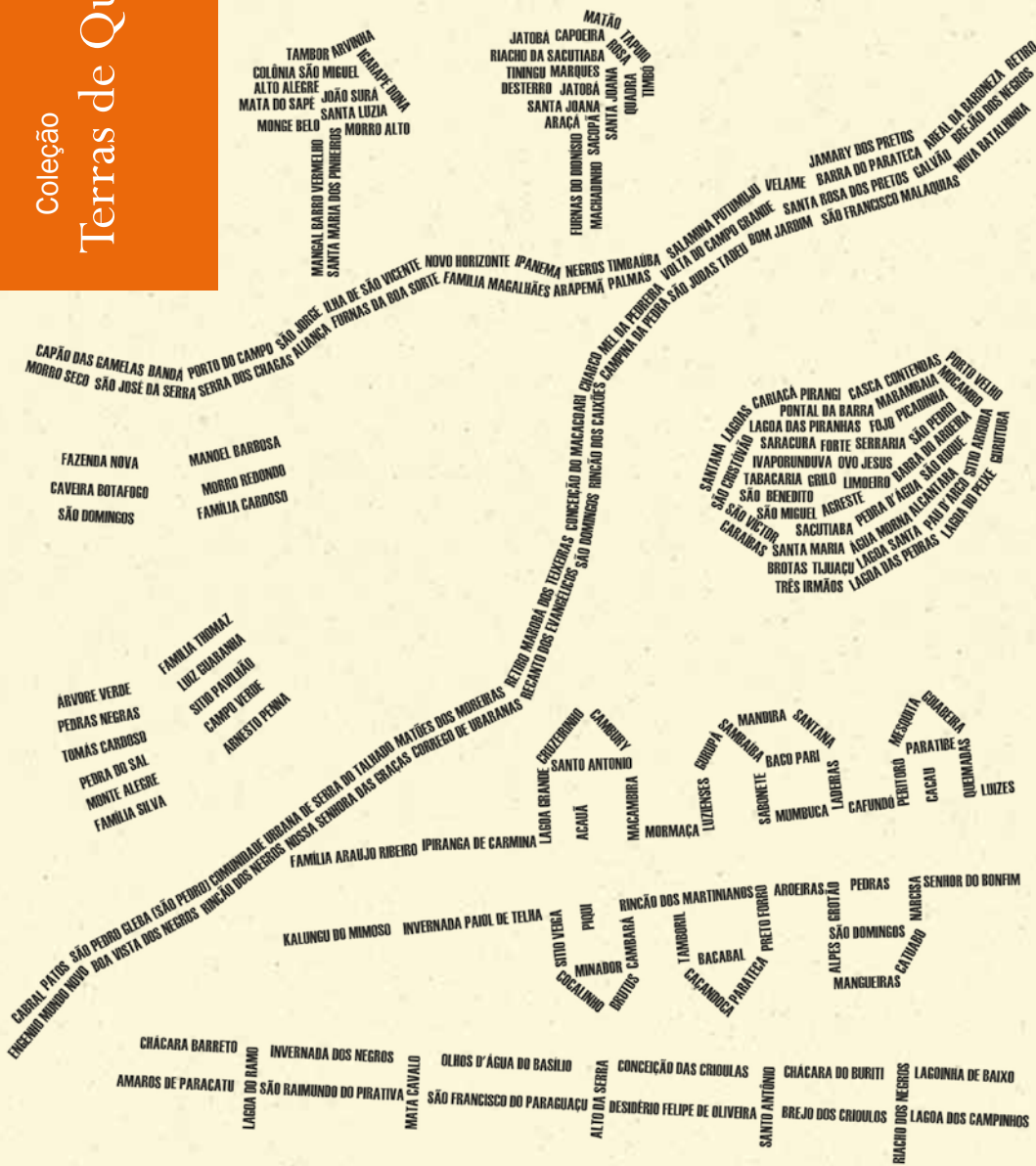


Coleção

Terras de Quilombos

Maranhão

# Comunidade Quilombola Pitoró dos Pretos



# As terras de quilombos

são territórios étnico-raciais com ocupação coletiva baseada na ancestralidade, no parentesco e em tradições culturais próprias. Elas expressam a resistência a diferentes formas de dominação e a sua regularização fundiária está garantida pela Constituição Federal de 1988.

O Decreto 4.887/2003 define que o INCRA é o órgão federal responsável pela titulação dos quilombos, com competência concorrente do Distrito Federal, estados e municípios. Para fins de regularização fundiária, o INCRA elabora Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID) que reúnem informações fundiárias e cadastrais das famílias, bem como a caracterização antropológica, histórica, econômica e ambiental da área quilombola. Esse trabalho tem gerado um grande acervo de dados, registrando de maneira inédita um arcabouço de manifestações e características dos quilombos nos períodos escravocrata e pós-escravocrata.

O objetivo da parceria entre INCRA, NEAD (SEAD) e UFMG é sistematizar e dar publicidade às informações contidas nos RTIDs, em muitos casos ignoradas pela historiografia oficial. Esse material, registrado no âmbito dos processos administrativos do INCRA, foi transposto para uma linguagem acessível, com o apoio de diversos colaboradores, destacando-se os autores das etnografias dos RTIDs. Os livretos trazem também depoimentos dos próprios quilombolas. Eles testemunham a continuidade de uma luta fortalecida pela esperança de que o conhecimento de sua história garanta finalmente a compreensão da legitimidade de seu pleito pela titulação.

A publicação dos livretos visa, assim, a contribuir para o reconhecimento das comunidades quilombolas, estimulando a difusão de informações qualificadas sobre elas. Reunidas nesta Coleção, as histórias de resistência quilombola agora podem ser conhecidas mutuamente pelos quilombolas das diversas regiões do país. Espera-se também que este material forneça a gestores públicos, educadores, pesquisadores e demais interessados informações acessíveis sobre essas comunidades.



# Comunidade Quilombola Pitoró dos Pretos

Pitoró dos Pretos é uma comunidade quilombola localizada no Vale do Rio Itapecuru, região da bacia hidrográfica formada pelos diversos afluentes do Rio Itapecuru-Mirim, no Maranhão. **No início do século 19, cerca de metade da população da Província do Maranhão era composta por pessoas escravizadas, quase sempre vindas da África. A abolição da escravatura veio em 1888 e o tráfico negreiro massivo deixou como legado uma população rural, negra e liberta, que não tinha condições políticas nem econômicas de conseguir se estabelecer em terras próprias para morar, produzir e obter seu sustento. Restava-lhes a opção de resistir, ocupando terras abandonadas por seus proprietários, adquiridas por preços baixos ou recebidas por doação. Pitoró dos Pretos é uma das tantas comunidades maranhenses remanescentes de quilombo cuja história**



começa com negros que já haviam deixado a condição de escravizados. Seus ancestrais ocuparam as terras de uma antiga fazenda abandonada pelos seus proprietários às margens do Rio Peritoró a fim de resistir à exploração de seu trabalho por fazendeiros, e conseguir, assim, viver e trabalhar com autonomia em território próprio.

Pitoró é uma mutação de Peritoró, nome de um afluente do Rio Itapecuru-Mirim que banha a comunidade. Contam que foi chamada Pitoró dos Pretos para marcar a diferença entre os seus moradores – descendentes dos escravizados de outrora – e os moradores “de fora”. A comunidade é formada por quatro povoados, Pitoró, Precateira, Resfriado e Torneio do Meio, localizados no limite dos municípios de Peritoró e Capinzal do Norte. Os quatro povoados pertencem hoje a dois assentamentos rurais contíguos, denominados Conceição Salazar e Costa Fundamento, criados pelo Incra em 1997. Em conjunto, os assentamentos têm uma área de 4.705,4 hectares e é exatamente essa área que a comunidade, com seus quatro povoados, pleiteia hoje passar para território quilombola.

Os povoados de Pitoró dos Pretos compartilham conhecimentos tradicionais que determinam tanto sua relação com o meio ambiente, quanto sua economia, baseada no trabalho da roça, no extrativismo, na caça e na pesca. Seguem um modo de vida próprio, pautado no parentesco, nas afinidades, na religiosidade e nos rituais festivos como o terecô, festa religiosa de origem afrobrasileira que tem vários adeptos na localidade. Além disso, os integrantes da comunidade compartilham da trajetória comum marcada pela posse e pela posterior luta pela terra em que produzem e moram há aproximadamente um século. Muitos nasceram e foram criados naquelas terras, e, em muitos casos, seus ascendentes também viveram por ali. Todos esses fatores geram um sentimento forte de pertencimento coletivo entre os membros da comunidade.



Rio Peritoró.

## VISÃO PANORÂMICA DOS QUATRO POVOADOS: TORNEIO DO MEIO, PRECATEIRA, RESFRIADO E PITORÓ DOS PRETOS



Croqui amplo dos quatro povoados.

## A origem

A origem dos quatro povoados é distinta, mas suas terras são contínuas e de uso comum. O fundador do quilombo é o ancestral Sr. Joaquim Arruda. Contam que no início do século 20 o Sr. Joaquim deixou a Fazenda Das Dores em direção ao povoado de Santo Antônio das Sardinhas, onde se casou com Dona Inês Maria Francisca. Em busca de um lugar para estabelecer moradia própria, livres do pagamento do aluguel da terra (chamado de *foro*), a família de Joaquim Arruda chegou às margens do Rio Peritoró, desbravou a mata densa e fundou o povoado que ficaria conhecido como Pitoró. A região era inóspita e cheia de perigos, o que lhe rendeu o apelido de matador de onças. Nas proximidades havia apenas as fazendas Conceição e Santa Rita. Com a chegada de parentes e amigos de Sr. Joaquim e Dona Inês, o povoado foi se conformando.

Ao longo dos anos, outras famílias se mudaram para o lugar e assim a extensão de terras ocupada pelo grupo foi se ampliando. Paralelamente, outros povoados foram fundados a partir de sítios, tendo permanecido até os dias atuais somente Resfriado, Precateira e Torneio do Meio. Os descendentes do Sr. Joaquim Arruda vivem hoje em Pitoró, povoado onde se iniciou a luta pela terra contra um proprietário décadas depois. Por essa razão, o nome Pitoró dos Pretos é usado hoje para dar nome a este conjunto de povoados que compõem o território quilombola.



Sede da Fazenda Conceição.



Sr. Otávio Arruda em meio à plantação de macaxeira.

Até o fim dos anos 1940, Pitoró dos Pretos cresceu muito em número de moradores: todos produziam livremente seu sustento, sem se subordinar, nem prestar obrigações a patrões ou proprietário de terras. Nos anos 1950, a Fazenda Conceição foi vendida para um senhor vindo de outra localidade, chamado pelos moradores de *fazendeiro*. A porção de terra vendida por um sitiante era de apenas 45 hectares, mas o fazendeiro estendeu seus domínios para muito além da área da Fazenda Conceição, abarcando as terras dos povoados de Pitoró, Resfriado e Precateira.

Nessa época, **o fazendeiro transformou a propriedade num latifúndio, tomando para si terras que eram ocupadas livremente há quase meio século. Ali ele impôs o foro, obrigando os trabalhadores a pagar anualmente uma parcela da produção como um tributo pelo arrendamento da terra.** Surgia assim um contrato informal abusivo que transformava um proprietário ilegal – o fazendeiro – em patrão, e os trabalhadores rurais que ocupavam a terra livremente desde o início do século, em seus clientes forçados.

Em fins dos anos 1980, uma grande estiagem prejudicou a colheita dos povoados e os moradores não tiveram como se sustentar e ao mesmo tempo fazer a entrega do foro anual. Inflexível, o fazendeiro continuou exigindo o pagamento e chegou a contratar pistoleiros para ameaçar os quilombolas. Diante de tal ofensiva, os moradores de Pitoró dos Pretos decidiram parar de pagar o foro e começaram a se mobilizar na busca de informações que os ajudassem a lutar por suas terras.

Começava então o que os moradores chamam de *tempo da greve*, período em que se associaram ao Sindicato de Trabalhadores Rurais de Codó. Na época o município de Codó era o principal centro econômico e político-administrativo da região. Por meio dessa associação, os moradores de Pitoró dos Pretos assumiram publicamente a identidade de trabalhadores rurais e iniciaram a busca de uma saída para o conflito fundiário que se instalava.

## O tempo da greve

O Sr. Antônio Ribeiro da Silva, ou Maratá, como é chamado em Pitoró dos Pretos, é um morador do povoado de Precateira. Ele conta como começou o conflito:

‘88 foi a falha dos legumes. Aí já começou, o povo começou a se mobilizar. Quando foi em ‘89, foi que todo mundo gritou para não pagar. “Nós não vamos pagar, ninguém vai pagar a renda”. Aí começou isso...

O chamado *tempo da greve* teve início aí, em 1989, quando os moradores dos povoados não pagaram o foro e iniciaram sua luta pela terra. O contato com as famílias dos povoados vizinhos de São José dos Moura e Santa Cruz permitiu que integrantes de Pitoró dos Pretos chegassem até sindicalistas e representantes políticos. A troca com essas comunidades incentivou os moradores a resistir às intimidações do fazendeiro. O fazendeiro contratou pistoleiros; os membros da comunidade, por sua vez, criaram táticas de autodefesa para proteger os povoados, passando noites e dias dentro das matas à espera de um possível ataque.

Assim, os líderes do movimento de resistência escreveram em agosto de 1989 o primeiro ofício direcionado ao Incra. Nesse documento relataram a situação de exploração e dominação vivenciada e solicitaram providências e apoio na luta para que as terras voltassem a ser livremente usufruídas como outrora. Um trecho do ofício diz:

Diante de tanto massacre na classe dos trabalhadores rurais do Maranhão, na luta pela terra, queremos também expor para as autoridades... os massacres [sofridos por] nós, trabalhadores rurais da Fazenda Conceição, Data Santana de Loura e Feliz Lembrança, situada no município de Codó-MA:

Nesta área residem aproximadamente 300 famílias de posseiros com mais de 30 anos de residência na área e uma maioria desde 1901... Nesta fazenda, nos anos de 1901, não existiam esses [pretensos] donos ... Depois de toda terra grilada, aproximadamente 7500 ha de terra, vieram as consequências contra os trabalhadores nos anos 1952..., tais como: proibição de fazer pescaria nas águas pertencentes à área; cobrança de renda; expulsão de moradores; proibição de fazer caçadas nos matos; prostituição



[i.e., estupro]; proibição de pessoas estranhas passarem na estrada pertencente à área; construção de um açude de 3.000 metros de represa de água (maio/89) que destruiu as roças e casas.

Pois quando começou esse *carrancismo*, nem sequer um caixeiro-viajante podia viajar pela estrada de sua terra... Através desse *carrancismo* que reina até hoje, as famílias vão sendo expulsas constantemente da terra... Somos também obrigados a possuir título de eleitor, mas não podemos votar sem autorização do patrão...

Em março de 1990 foi iniciado no Incra o processo de desapropriação por interesse social da Fazenda Conceição Salazar, no município de Codó (posteriormente, a região foi incorporada ao município de Peritoró, instalado em 1997). Mas esse era só o começo da luta. O clima de tensão seguia forte e em outubro de 1991 uma das principais lideranças da luta pela terra em Pitoró dos Pretos, Francisco de Assis Ferreira, foi assassinado por pistoleiros contratados pelo fazendeiro.

Cinco anos depois da tragédia, em 1996, foi expedido o decreto oficial de desapropriação de duas glebas, somando mais de 4.500 hectares de terras, pertencentes aos herdeiros do fazendeiro. Em 1998 o Incra iniciou a criação de dois Projetos de Assentamento sobre os imóveis expropriados, mantendo os mesmos nomes das propriedades registradas em cartório: Conceição Salazar e Costa Fundamento. Mas estes eram assentamentos bastante particulares: os trabalhadores optaram por mantê-los como uma só extensão contínua de terras sob sua posse e usufruto, em vez de escolher pela divisão da terra em lotes de reforma agrária, como é o padrão em assentamentos rurais. Desde então, os membros de Pitoró dos Pretos se encontram livres da autoridade e da ameaça representada pelo fazendeiro e seus aliados, residindo e trabalhando em terras pertencentes à União.



Reunião informal dos moradores em Precateira.



## O engajamento na luta quilombola

Em 2004, as associações dos moradores de Pitoró e Resfriado começaram a buscar o seu reconhecimento como remanescentes de quilombos e requerer que o território – registrado como dois assentamentos rurais – fosse titulado como quilombola. **A mobilização pelo reconhecimento como quilombo é a continuação de um histórico de lutas e resistências. É um passo importante em sua busca por autonomia, agora valorizando as referências ancestrais da comunidade, cujo território, ocupado no início do século 20, dá o sentido coletivo da vida em Pitoró dos Pretos.**

Enquanto o território estiver sob a forma de um assentamento rural federal, os membros da comunidade não detêm o título coletivo de propriedade da terra, que passará a ser inalienável, imprescritível e impenhorável quando for homologada como território quilombola. Os moradores de Pitoró dos Pretos buscam acelerar esse processo, para que possam assumir integralmente a responsabilidade sobre o território e participar de projetos e políticas de comunidades remanescentes de quilombos.

## A vida nos povoados de Pitoró dos Pretos

Os moradores dos quatro povoados de Pitoró dos Pretos mantêm entre si laços estreitos de parentesco e compadrio, sendo muito comum, inclusive, a mobilidade entre eles. Há muitas famílias de Pitoró que se mudaram para Resfriado, outras da Precateira têm parentes em Pitoró. Os povoados estão interligados por inúmeros caminhos, que também dão acesso às estradas federais. Para chegar até a comunidade, entretanto,



as opções de transporte são limitadas. Uma caminhonete faz diariamente o traslado da rodoviária de Peritoró até o povoado de Pitoró, passando por Precateira, Torneio do Meio e Resfriado, mas o preço é alto para os moradores. Com isso, o acesso dos quilombolas de Pitoró dos Pretos à sede do município não é permanente, fazendo com que qualquer ida ao núcleo urbano necessite de certo planejamento e de recursos.

A maior parte das casas é de alvenaria – cimento, tijolos e telhas – e foram construídas pelos projetos de habitação do Incra no início dos anos 2000. Antes disso, as casas eram feitas de taipa – técnica tradicional que usa barro, madeira e palha. Existem ainda hoje algumas casas feitas à moda antiga.

As casas são passadas de pai para filho, assim como as criações de galinhas e de porcos. As galinhas são bem cuidadas para garantir uma boa reprodução; os ovos são destinados à alimentação da família e as galinhas são abatidas com moderação. Já os porcos são geralmente recebidos de presente ou comprados e então criados soltos ou em chiqueiro, até o momento de serem consumidos. A carne alimenta a família e pode ser vendida para vizinhos, gerando um dinheiro extra.

As principais atividades econômicas desenvolvidas em Pitoró dos Pretos são a agricultura, o extrativismo, a criação de animais e a pesca. Todas essas atividades se baseiam na força de trabalho familiar. Seu objetivo é a subsistência e a geração de uma pequena renda, que lhes permite comprar algumas mercadorias nas vendas do entorno.

**Os moradores de Pitoró dos Pretos plantam suas roças anualmente. O modo de trabalhar a roça é parte do patrimônio imaterial da comunidade – sua ciência e saberes tradicionais – transmitidos oralmente e através da própria prática, de geração em geração.** A roça é o lugar de produção de feijão, mandioca, arroz, milho, maxixe, quiabo, vinagreira, dentre outras espécies locais. Poucos moradores desenvolvem plantio em hortas, e os que o fazem costumam vender, trocar e doar sua produção. O tipo de roça predominantemente desenvolvido na região do Vale do Itapecuru é chamada *roça de toco* ou *coivara*. Entretanto, em Pitoró e Resfriado há pessoas que contratam tratores para arar e semear a terra, fazendo o chamado campo agrícola.

A escolha do local da roça depende de fatores como o crescimento da *capoeira* (vegetação secundária) e a identificação do lavrador com o espaço de trabalho. O tamanho da área a ser aberta é regulado pela capacidade produtiva da família, uma vez que será trabalhada apenas



Sr. José Ribamar Ferreira (Ribinha) mostra uma maquete de uma casa de taipa.



Casa de Raimundo e Maria Monteiro.  
O alpendre, levantado sobre madeira, é coberto com telha e palha.



Casa com meia parede de taipa e meia parede de palha.

com a sua própria mão-de-obra. Definido onde a roça será aberta, é feita a derrubada das árvores maiores, chamada *broque*. Para fazer o broque, o lavrador pode estar sozinho ou convocar vizinhos para ajudá-lo pelo sistema de *troca de dias*, no qual se comprometerá por igual período a trabalhar na roça dos que o ajudaram, ou ainda pode ser feito o serviço pelo pagamento de diárias em dinheiro.

Após o broque, vem a queima da vegetação da roça, para limpar a área e adubar a terra em curto prazo com as cinzas e os vestígios de matéria orgânica. Em dezembro e janeiro se fazem os plantios, em especial de mandioca e arroz, que pode ser consorciado com o milho. Em fevereiro começam as capinas, para extrair as ervas daninhas – o *mato* que cresce em volta das espécies plantadas. Se for arroz *comum* ou *ligeiro*, começa a madurar em março. Entretanto, como os terrenos de Pitoró dos Pretos são alagados, são mais propícios ao plantio do arroz *lajeado*, que, plantado em dezembro, só é colhido entre junho e julho.



Embora a produção agrícola seja pequena, uma parte pode ser vendida e o dinheiro obtido é utilizado para adquirir bens de consumo e pagar prestações de serviços. A dificuldade de escoar as mercadorias é grande, especialmente no tempo das chuvas, quando as estradas se encontram em piores condições. É comum a troca e venda entre os moradores dos povoados, que em geral negociam com comerciantes da própria comunidade ou vizinhos.



Sr. Antônio dos Reis pescando com tarrafa no Rio Peritoró.



Sr. Otávio Arruda costurando sua rede de pesca.

Quase todos os dias, homens e mulheres saem para recolher o coco da palmeira do babaçu. O coco cai sozinho depois de maduro e é preciso quebrá-lo para dele se extrair a castanha, que é vendida para os comerciantes do povoado ou das comunidades vizinhas. Mas não aproveitam só as castanhas do babaçu. Com as cascas do coco produzem o carvão que abastece os fornos a lenha. A palha extraída da árvore jovem, chamada *pindova*, serve para fazer a cobertura das casas de taipa, e os talos servem para fazer cercas. Os esteios das casas são feitos de madeira do mato; as paredes são varas de babaçu entrelaçadas e preenchidas de barro retirado na região.

As matas do entorno são conservadas e permitem que a caça seja uma atividade muito comum entre os moradores de Pitoró dos Pretos. Há duas modalidades de caça: por *espera* ou por uso de armadilha. Na *espera*, o caçador fica por vezes uma noite inteira aguardando uma caça com a espingarda, que será alvejada e recolhida. Já a caça por armadilha é feita com o *bodogue*. Ele é armado nos caminhos por onde a caça costuma passar e funciona por meio de uma linha esticada, a qual dispara o gatilho da espingarda na hora exata em que o passa o animal. Cotias, catitus, veados, tatus, pacas, dentre outros muitos animais da mata densa e da capoeira, são pegos por esses dois sistemas de caça.

A pesca, por sua vez, é feita predominantemente no Rio Peritoró. As épocas privilegiadas para a pesca são os meses de julho a setembro e de dezembro a fevereiro, tempo da *piracema*. Nesse segundo momento, em especial, a desova dos peixes e as primeiras enchentes do ano garantem um período de muita fartura de peixes.

As técnicas de pesca são inúmeras. Uma das mais utilizadas é o uso da *tarrafa*, uma pequena rede com um cordão que é lançada na água e retirada com as presas dentro. Outra, o *enganchado*, corresponde a uma barreira de rede de nylon colocada transversalmente em um trecho do



curso do rio para que os peixes fiquem presos. Existe também o *curru* ou *quixó*, um pequeno cercado feito de vara de pau, onde o peixe se prende. O pescador enfia a mão no *curru*, retira o peixe aprisionado e a armadilha está outra vez a postos.

## Religiões, festas e ritos

Todo ano acontecem dois tipos de missas católicas, celebradas por um padre da diocese de um dos municípios vizinhos. Em 1991, surgiu a tradição de homenagear o falecido Assis, que perdeu a vida em confronto com o fazendeiro. Costuma acontecer em 5 de novembro, após o Dia de Finados. No Dia de Finados pessoas que eram amigas de Assis também colocam velas em volta de seu túmulo, que está localizado no centro do pátio do povoado de Pitoró. O ex-prefeito de Peritoró, que foi padre da Igreja Católica e conhece o grupo desde o tempo da greve, colaborava com a missa dos falecidos na luta, dando um boi para alimentar o povo que vinha das localidades vizinhas.

Em Resfriado mora o Sr. Bispo, que já foi responsável por dois terreiros de tambor, organizando festas para a comunidade. Ele toca o tambor de mina e o terecô, ou tambor da mata. Ao dono do terreiro cabe convocar a comunidade para o dia da festa e prepará-la. No momento da celebração temos a presença da entidade recebida pelo dono do terreiro, que se mostra cordial com os convidados.

Celebração tradicional, as festas de tambor sempre envolvem a dança. O tambor da mata ou terecô remonta às culturas africanas *jeje-nagô*, e nele as brincantes formam um círculo e dançam girando em torno a um mastro, enquanto algumas incorporam entidades. No terecô são contratados saxofonistas e percussionistas especializados em cânticos do tambor da mata, que atendem aos terreiros da região. Os tambores e cânticos são determinantes para que os brincantes entrem num transe religioso.

Antigamente, o Sr. Bispo tinha um salão grande em Pitoró, próximo à casa do velho Joaquim Arruda, onde faziam festas que duravam dois ou três dias sem parar. Dançavam ao ritmo do tambor da mata, do tambor de mina e também da *brincadeira* do coco. Ainda há gente em Resfriado

e Pitoró que dança tambor de mina, terecô e mangaba, que é uma dança semelhante à quadrilha.

A maioria dos moradores dos quatro povoados é católica, mas o número de evangélicos vem aumentando nos últimos anos. A religiosidade católica se harmoniza com os ritos de matriz afro-brasileira (os tambores) e ambas se complementam em significados.



Esta narrativa foi composta por Amanda Horta a partir do Relatório Antropológico de Identificação e Delimitação do Território Quilombola da Comunidade Pitoró dos Pretos, elaborado por José Augusto de Andrade Neto, com informações complementares retiradas de Andrade Neto, José Augusto. 2009. "O tempo da greve: o caso da comunidade quilombola Pitoró dos Pretos". Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal do Maranhão. Todas as fotografias são do Relatório Antropológico e do mesmo autor.



# Uma palavra da comunidade

## Pitoró dos Pretos

A situação da comunidade Pitoró dos Pretos tem alguns pontos parecidos com outras comunidades quilombolas do Maranhão: a luta contínua para que as terras onde vivemos sejam regularizadas, e desta forma as famílias não vão para as periferias, sentindo-se expulsas das terras devido a falta de condições adequadas para se manterem. A luta pela regularização da terra envolve também a luta para se manter, produzir, já que muitos se não saem do território quilombola devido a dificuldades em relação ao uso e a posse da terra, saem por que seus filhos querem e precisam estudar, ou por estarem preocupados com um trabalho, para ajudar a família.

A comunidade de Pitoró dos Pretos tem muitas coisas boas e é por isto que insistimos na luta, mas precisamos de melhores condições e incentivos para continuarmos aqui e também para que nossos filhos e netos queiram e possam permanecer junto de nós. A luta é grande. Alguns estão nesta luta desde o começo, há mais de trinta anos. Muitos foram se juntando a luta com o passar do tempo. Não sabemos quando tudo vai se resolver, mas esperamos e queremos que as condições de vida aqui melhorem. Nós ainda colocamos roça, já temos água encanada, energia elétrica e nossas casas já não são mais de taipa (construção feita com barro, madeira e folhas de palmeira de babaçu). Nós plantamos arroz, milho, mandioca e fava. Isto é bom, mas não é tudo. A falta de chuva afeta a plantação. A fava é pouca devido a falta de água.

Precisamos de outros benefícios e um dos problemas que enfrentamos é a dificuldade de acesso ao posto de saúde e ao hospital. O posto de saúde mais próximo fica há mais de 8 quilômetros da comunidade e o hospital fica mais longe ainda. Quando tem alguém doente, precisando ir com frequência ao posto ou ao hospital, é muito difícil. Levar uma pessoa de idade ao médico é um grande problema para nós. Além da questão do acesso a saúde, aqueles jovens que querem estudar enfrentam também dificuldade para chegar à escola. Agora até que está um pouco melhor porque o prefeito colocou transporte para levar os estudantes à escola. Hoje são mais ou menos oito que estudam fora. Dá para ir e voltar. Sem esse transporte precisam caminhar muitos quilômetros.

Temos também muita esperança de conseguir uns projetos para a comunidade. Sabemos que algumas comunidade quilombolas já foram beneficiadas com apoio do INCRA para receberem projetos. Tem projetos para criação de animais. Nós queremos criar gado para melhorar as nossas condições. A situação vai ficar melhor quando as terras forem legalizadas e nós podermos produzir mais.



No terecô, as mulheres dançam em torno do mastro, incorporando entidades.

Texto elaborado por Maria da Consolação Lucinda com base no depoimento dado pelo senhor Antonio dos Reis, 53 anos.



# Projeto Formulação de uma Linguagem Pública Sobre Comunidades Quilombolas

PARCERIA	INCRA/CGPCT/NEAD; UFMG/OJB, CERBRAS
COORDENAÇÃO GERAL	Lilian C. B. Gomes, Juarez Rocha Guimarães, Maria Consolação Lucinda, Leonardo Avritzer, Rodrigo Ednilson de Jesus
CONCEPÇÃO DE TEXTO, EDIÇÃO FINAL E SUPERVISÃO	Fernanda de Oliveira, Rodrigo Ednilson de Jesus, Juliana Soares Campos e Carlos Eduardo Marques
CONSULTA ÀS COMUNIDADES	Aline Neves Rodrigues Alves, Marilene Ribeiro
ADMINISTRAÇÃO	Agnaldo P. Ferreira Júnior, Priscila Z. Martins, Danúbia Zanetti
MAPAS E FOTOGRAFIAS	Alexander Cambraia N. Vaz
PROJETO GRÁFICO	Paulo Schmidt

H821c Horta, Amanda  
Comunidade Quilombola Pitoró dos Pretos / Amanda Horta. - Belo Horizonte : FAFICH, 2016.

16 p. (Terras de quilombos)

Baseado no Relatório de identificação e delimitação do território Quilombola de Pitoró dos Pretos, elaborado por José Augusto de Andrade Neto.

1. Quilombos. 2. Antropologia. 3. Andrade, Neto, José Augusto de. Relatório de identificação do território Quilombola de Pitoró dos Pretos. I. Título. II. Série.

CDD:306

CDU:39

MICHEL TEMER  
Presidente da República

ELISEU PADILHA  
Ministro da Casa Civil

JOSÉ RICARDO RAMOS ROSENO  
Secretário Especial de Agricultura Familiar  
e do Desenvolvimento Agrário

JEFFERSON CORITEAC  
Secretário Executivo Adjunto de Agricultura  
Familiar e do Desenvolvimento Agrário

CARLOS EDUARDO BOVO  
Diretor da Coordenação-Geral de Gestão  
Estratégica, Monitoramento e Avaliação  
(CGMA/ NEAD)

WILLY DE LA PIEDRA MESONES  
Coordenador-Geral de Gestão Estratégica,  
Monitoramento e Avaliação (CGMA/ NEAD)

LEONARDO GÓES SILVA  
Presidente do Instituto Nacional de  
Colonização e Reforma Agrária - Incra

ROGÉRIO PAPALARDO ARANTES  
Diretor de Ordenamento da Estrutura  
Fundiária - Incra

ANTONIO OLIVEIRA SANTOS  
Coordenador Geral de Regularização  
de Territórios Quilombolas - Incra

GUILHERME MANSUR DIAS  
ISABELLE ALLINE LOPES PICELLI  
JULIA MARQUES DALLA COSTA  
Coordenação Executiva do Projeto

SERVIÇOS QUILOMBOLAS  
Apoio técnico – Superintendências do  
Incra nos estados

## A Coleção Terras de Quilombos

reúne um conjunto de narrativas a respeito da formação, do modo de vida e das lutas travadas por comunidades quilombolas brasileiras para se manter em seus territórios tradicionais. Em cada livreto, uma comunidade quilombola é apresentada em sua singularidade.

Ao todo, a Coleção oferece um panorama da diversidade de trajetórias vividas por ex-escravizados – incluindo por vezes indígenas e grupos em outras situações sociais – para conquistar a sua independência e se estabelecer na terra autonomamente. O fato de terem sido deixados à própria sorte após a Abolição resultou em uma multiplicidade de caminhos percorridos para conseguirem consolidar os seus territórios. Foram muitos os modos como ocuparam as suas terras e distintas as maneiras como formaram as suas comunidades, enfrentando todo tipo de desafios para se relacionarem livremente com seu entorno.

O conceito de quilombo esteve associado ao período da colônia e do império. Com a Abolição, os quilombos deixaram de ser mencionados, como se o fim de quatro séculos de escravidão significasse a garantia de liberdade. No entanto, os quilombolas continuaram e continuam a lutar para reproduzir seus modos de criar, fazer e viver, resistindo às dificuldades, injustiças e preconceções legadas pelo período escravocrata. São essas as histórias narradas nesta Coleção. São histórias do Brasil vistas pelo prisma de quem, com suas tradições, formas de vida, religiosidades e respeito à terra, enriquece o mosaico da sociodiversidade brasileira.

UFMG

CERBRÁS  
CENTRO DE ESTUDOS  
RURAIS E SOCIAIS

IB  
CES - AL

Quilombos

INCRA nead

SECRETARIA ESPECIAL DE  
AGRICULTURA FAMILIAR E DO  
DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

CASA CIVIL

BRASIL  
GOVERNOS UNIDOS